

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

SOCIOLOGIA HISTÓRICA DE ELITES DIRIGENTES: UMA PROPOSITURA EPISTÊMICO-ANALÍTICO-METODOLÓGICA AOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL

Daniel Ouriques Caminha¹

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo lançar uma propositura epistêmico-analítico-metodológica à área de Estudos Organizacionais no Brasil, recorrendo à Sociologia histórica de elites dirigentes formulada por Pierre Bourdieu, enquanto recurso heurístico para a condução de pesquisas empíricas acerca de fenômenos organizacionais específicos. Mais detidamente, atenta-se ao seu potencial de explicar a constituição e a transformação de estruturas de poder e dominação naquilo que inicialmente Weber (2013) conceituou como as várias ordens de vida ou esferas de valor, cada qual governada por leis próprias, e Bourdieu (1996) desenvolveu na noção de campo social. Foi verificado que a área de Estudos Organizacionais no Brasil é marcada por um debate político-ideológico em torno do processo de modernização do país e produz tanto discursos consagradores como de desqualificação sobre suas elites. É da natureza da abordagem que se propõe se manter à parte às disputas político-ideológicas que perpassam a área e não estabelecer avaliações normativas sobre o universo em pauta, ou seja, as elites dirigentes. Para tanto, segue a estratégia de tomar as disputas entre elites, inclusive as elites intelectuais, como objeto de análise e manter-se neutra nas tomadas de posição, sendo que seu único objetivo é nada mais que demonstrar o que há de arbitrário nas logicas contidas na dominação e nos valores sociais (legitimação). Para tanto, resgata o surgimento da Teoria das Elites, explica a virada em estudos sobre elites na França do último quarto do século XX, apresenta como esta virada adentrou nas ciências sociais brasileiras. Por fim, sistematiza a propositura nos eixos: a) epistemológico: a reelaboração de uma base epistemológica a partir de antigos e atuais confrontos entre diferentes concepções de ciências sociais, a adesão ao racionalismo aplicado, a ruptura com a ilusão da transparência, renunciar ao proveito social da ciência, objetivar o sujeito objetivante, a distinção entre razão e senso prático, operar simultaneamente com as abordagens objetivista e subjetivista; b) analítico: o encadeamento lógico entre os conceitos; c) metodológico: a prosopografia enquanto método.

Palavras-chave: elites dirigentes; estudos organizacionais; dominação; legitimação.

¹ dan.caminha@gmail.com

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

1. INTRODUÇÃO

O texto que segue tem por objetivo difundir uma propositura epistêmico-analítico-metodológica na área de Estudos Organizacionais no Brasil, recorrendo à sociologia histórica de elites dirigentes formulada por Pierre Bourdieu, enquanto recurso heurístico para a condução de pesquisas empíricas acerca de fenômenos organizacionais específicos. Mais detidamente, atenta-se ao seu potencial de explicar a constituição e a transformação de estruturas de poder e dominação naquilo que inicialmente Weber (2013) conceituou como as várias ordens de vida ou esferas de valor, cada qual governada por leis próprias, e Bourdieu (1996) desenvolveu na noção de campo social. Cabe frisar, trata-se de fazer uma leitura de Bourdieu que o aproxima de Max Weber, destacando a dominação e sua legitimação. Pois entre muitas proximidades, a mais evidente em termos conceituais (e provavelmente a mais negligenciada por comentadores) é que o sociólogo francês formulou sua noção de campo a partir de uma interpretação relacional da sociologia da religião de Weber (BOURDIEU, 2007).

Multidimensional, relacional e histórica, em oposição ao modo de pensamento substancialista que predominou nas ciências sociais nos três primeiros quartos do século XX, principalmente no mundo anglo-saxão, através da já consagrada Teoria das Elites e da tradição ensaística de viés marxista sobre classe dominante, a perspectiva que aqui se propõe representa um programa de investigação bourdieusiano direcionado às elites dirigentes de países localizados na periferia do ocidente moderno, como é o caso do Brasil. Com a noção de programa de investigação quero me afastar da clássica definição de paradigma de Thomas Kuhn e imprimir sentido semelhante ao atribuído por Schluchter (2011), quando propôs, baseado na filosofia da ciência de Imre Lakatos, um “programa de investigação weberiano”, onde busca-se, em meio ao pluralismo teórico inerente a todo desenvolvimento científico, demarcar uma posição epistemológica, analítica e metodológica específica que está sucessível a concorrer e confrontar-se com outras posições científicas quanto aos seus potenciais heurísticos para explicar determinados fenômenos sociais.

Como se depreende, uma propositura desta monta tem como desdobramento necessário alguns problemas epistemológicos, conceituais e metodológicos, que precisam ser revistos e enfrentados, caso se venha de fato a institucionalizar esta linha de estudos na área. Então, propor um caminho coerente e sistemático para a sua superação é o principal intento deste artigo. O primeiro deles, e mais imediato, é de ordem epistemológica e implica que sua operacionalização requer necessariamente incorporar uma definição de Ciência Social bastante particular e diferente dos padrões institucionais brasileiros (CORADINI, 1996; SAINT-MARTIN, 1988; PÉCAUT, 1990). O segundo, conceitual, implica em tomar como objeto de estudo não mais as “elites” ou “classes dominantes” (ou qualquer entidade substantivada), mas os recursos e princípios de legitimação que estruturam as práticas dos grupos concretos e suas relações com outros grupos ou frações empiricamente definidos, integrando, no esquema analítico, lógicas objetivista e subjetivista de pesquisa (geralmente tidas como opostas pela arbitrária separação entre pesquisa quantitativa e qualitativa institucionalizada pelos currículos de pós-graduação) (SEIDL, 2013). O terceiro, a dificuldade em operacionalizar nas sociedades periféricas, como é caso particular a brasileira, esquemas conceituais forjados no estudo de elites em países centrais (PÉCAUT, 1990), para tanto recorrendo ao aporte da prosopografia

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

enquanto método por excelência de sociologia histórica, que permite ver as singularidades históricas sem abrir mão da comparação sociológica.

Mas tais problemas se agudizam quando se observa mais pormenorizadamente o panorama temático da atual produção científica nacional na área de Estudos Organizacionais. Neste âmbito, alguns pontos devem ser destacados. Primeiramente, é difícil estabelecer um ponto de partida, pois a área não tem institucionalizada uma linha de estudos de elites dirigentes. No Brasil, esta linha fica quase que completamente restrita à Ciência Política e à Sociologia Política. Mas isso não quer dizer que a área de Estudos Organizacionais não produza discursos sobre o universo das elites, mesmo que indiretamente sem recorrer ao termo. Em segundo lugar, percebe-se que estes discursos são produzidos, por um lado, enquanto crítica social às elites pela subárea autointitulada de “Estudos Organizacionais Críticos”, e, de outro lado, pelo ortodoxia estrutural-funcionalista enquanto porta-voz de discursos legitimador das elites. Em síntese, parece estar em jogo uma disputa de ordem simbólica para impor um certo ponto de vista ou uma certa visão sobre o mundo social. Por exemplo, conforme Pécaut (1990), foi muito comum no século XX certas elites cosmopolitas, muitos aderindo às Ciências Sociais, manifestarem seu descontentamento com certas elites retrogradadas, geralmente associadas às oligarquias locais. Isso se torna um problema, pois a abordagem de que aqui se propõe carrega consigo uma definição de Ciência Social que implica a autonomia da ciência perante a política, portadoras de lógicas distintas (WEBER, 2013). Assim, a ciência não estaria autorizada a emitir juízos normativos (dever-ser), impor pontos de vista ou ter a última palavra sobre determinadas questões, ações que são políticas por excelência. O ofício do cientista social consistiria em não tomar partido nessas lutas simbólicas, mas apenas em objetivar os agentes que as travam, os trunfos utilizados e as estratégias postas na prática, incluindo a análise dele próprio, reflexivamente, que mesmo não intencionalmente produz discursos eruditos sobre o mundo social.

Tomemos como exemplo um caso específico, para melhor clarificar a ideia. Como bem se observa, adotando como referência os últimos quinze anos¹, é perceptível a consolidação de um movimento de estudos críticos, decorrência das obras de Maurício Tragtenberg e Alberto Guerreiro Ramos (PAES DE PAULA et al, 2010). Esse movimento vem se autoproclamando oposição indissociavelmente teórico-metodológica e ético-política à predominância cultural e universalização do *management*, tido pela crítica como estrutural-funcionalista, conservador e etnocêntrico. Assim, têm sido recorrentes nestas produções focos de análise orientados por determinadas críticas sociais direcionadas à “problemas sociais”, cujos eixos temáticos aparecem, entre outros, como “pensamento crítico sul-americano”, “precarização do trabalho”, “dependência”, “colonização e descolonização”, “pós-colonialismo”, “perspectivas emancipatórias”, “opressão e resistência”, “autogestão”, “pensamento libertário”, “sociologia crítica das organizações”, “domesticação da crítica”, “ideologias organizacionais”, “americanização”, “*management* e ideologia” e “combate às opressões”.

Conforme foi mencionado, é da natureza da abordagem que se propõe se manter à parte às disputas político-ideológicos que perpassam a área e não estabelecer avaliações

¹ Foi realizada uma pesquisa na base de dados Spell utilizando os seguintes critérios: conter “estudos organizacionais” e “crítica” no resumo, retornando 54 artigos; conter “estudos organizacionais” e “crítico”, retornando 16 artigos. Também foram lidos os resumos dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Organizacionais (RBEO), ainda não indexada à Spell.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

normativas sobre o universo em pauta, ou seja, as elites dirigentes. Isso implica impreterivelmente em não tomar essas posições como recurso analítico, mas organizá-las relacionalmente na construção do objeto de estudo. Portanto não se deve aderir, em termos analíticos, tanto às visões modernizantes, base do *management*; às visões de entraves ou atraso ao acesso ao moderno, muito presente na crítica “colonizada” ao discurso da modernização; e à uma visão mais sutil (essa dominante nos Estudos Organizacionais Críticos, como bem apontou a pesquisa acima exposta), de que as duas visões anteriores são o produto de uma subordinação econômica e cultural ao centro ocidental. O que estas visões têm em comum é que são valorações sobre as elites, seja no sentido de legitimá-las ou desqualificá-las. Portanto, todas elas guardam uma relação prática com o objeto de estudos pois nota-se que não há a mínima separação entre o objeto analítico e as razões político-sociais dos estudos. Todas partem da pena de intelectuais adotando posições normativas sobre as elites, e o que parece estar em jogo é uma série de disputas para fazer valer projetos político-ideológico distintos. Se instintivamente tendemos a classificar estudos de elites dentro de uma linha “crítica”, a exposição acima mostrou os problemas decorrentes de uma possível adesão irrefletida. Por essa razão, a abordagem que aqui se busca imprimir deve se manter à parte e não aderir tanto à ortodoxia quanto aos Estudos Organizacionais Críticos.

Sem a mínima condição de autonomia frente à política é muito difícil evitar manter uma relação prática com o objeto de estudo, o que, no caso do universo dos grupos dirigentes implicaria facilmente numa postura e julgamento “elitista” ou então “populista” frente às elites, ou qualquer outra forma de normativismo ou prescritivismo por parte do pesquisador ou dos comentaristas vinculados à crítica ou mesmo ao *mainstream* (as diversas tomadas de posição frente às elites pela ciência social brasileira no século XX foram detidamente estudadas por Pécaut (1990)). Isso corrobora com Miceli (2001a), que percebeu que praticamente tudo que já foi dito ou escrito sobre elites, inclusive e principalmente nas Ciências Sociais, mantém relações de investimento para com elas ou contra, tanto no âmbito da consagração social quanto da desqualificação. Defende-se, de todo modo, inspirando-se em Weber (2003) e Bourdieu (1994), que uma das únicas contribuições possíveis das Ciências Sociais é nada mais que demonstrar o que há de arbitrário nas lógicas contidas na dominação e nos valores sociais (legitimação). Ou, como bem diz Favre (1998), restringir-se à superioridade do conhecimento em detrimento da ignorância. Não se trata da adesão cega à neutralidade axiológica weberiana. Obviamente, a defesa da clareza é um valor. Controlam-se apenas as posições valorativas frente ao objeto que se pesquisa, dentro da conduta profissional da pesquisa. É este o sentido de neutralidade aqui imposto.

Para atingir o objetivo proposto, o presente artigo está estruturado em seis sessões, incluindo esta introdução. Na segunda sessão, será exposta a genealogia dos estudos sobre elites, percorrendo desde os clássicos teóricos das elites (início do século XX) até a inserção na Sociologia e Ciência Política norte-americanas (os três primeiros quartos do século XX). Na terceira sessão, será destacada a renovação destes estudos na França, a partir de 1970, com a virada da Sociologia e História das elites naquele país. Na quarta sessão, busca-se detalhar como esta “virada francesa” foi apropriada e desenvolvida nas ciências sociais do Brasil. Na quinta sessão, será sistematizada, a partir dos elementos expostos, a propositura enfatizando elementos conceituais, metodológicos e articulação com os Estudos Organizacionais. Na última sessão, considerações finais serão brevemente tecidas.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

2. “TEORIA DAS ELITES”: UMA BREVE GENEALOGIA

As aspas incluídas no título dessa sessão nos dizem algo de relevante, do ponto de vista de teórico. De fato, assim como quase tudo que se produz em ciências sociais, o conjunto mais ou menos sistematizado, homogêneo e unificado de pensamento reconhecido por “Teoria das Elites” é, em realidade, um espaço de polarizações e disputas científicas e políticas. Nunca houve unidade teórica, mas sim sucessivos confrontos entre julgamentos de fato e valorativos acerca de categorias discursivas, tais como “democracia”, “socialismo”, “classe”, “elites”, “poder”, que recorrentemente animavam o debate científico e político na passagem do século XIX ao século XX. Essas categorias, entre outras, inclusive o próprio uso do termo “Teoria das Elites”, corresponderam às estratégias de variados grupos para fazer valer sua visão do mundo social. A reconstituição pormenorizada desta genealogia já consagrada não é o intento dessa sessão, considerando que outros trabalhos já a fizeram, como os de Grynszpan (1996, 1999), com elevado grau de detalhamento sociológico, e de Perissinotto (2009), valendo-se de recursos mais didáticos para alunos de graduação. No entanto, por se tratar de um debate até o momento estranho à área de Estudos Organizacionais, o que se propõe aqui é tentar lançar mão dos contornos mais gerais (autores, concepções e disputas), portanto introdutórios, deste que é “um dos temas mais consagrados das Ciências Sociais” (GRYNSZPAN, 1996, p.35).

É impreterível considerar que o ponto de partida desta genealogia nos remete ao final do século XIX, lançando luz à uma tradição em Ciência Política que veio a ser conhecida como “Neomaquiavelismo”, termo que justifica adesão a um certo realismo político iniciado pelo filósofo de Florença. Compõem esse grupo Vilfredo Pareto (1848-1923), Gaetano Mosca (1858-1941) e Robert Michels (1876-1936), tidos como os pais fundadores da Teoria das Elites. Primeiro a se valer sociologicamente do termo “elite”, o italiano Pareto (1933) formula a lei de que haveria em qualquer área humana uma minoria que se distingue de uma maioria. Apesar desta tendência aristocrática nas sociedades, essas não seriam eternas, mas que há uma circulação de elites. Contrário à luta de classe, defende a existência da luta de elites, que nunca cessaria, haja vista que a degeneração de uma elite criaria as condições para que outra assumisse o poder. A exemplo de suas observações acerca do socialismo, vê as revoluções como a substituição de uma elite burguesa capitalista por outra socialista. Em síntese, a tese democrática que vinha ganhando força nos últimos séculos na Europa e América não teria base real, sendo os “ideais democráticos” uma retórica para afirmação de uma nova minoria apoiada pelas massas.

Seguindo uma linha próxima, o também italiano Mosca (1939) formula a lei de que sempre houve a distinção entre uma minoria que governa e uma maioria de governados, pontuando que os recursos socialmente valorizados em uma sociedade são escassos, portanto controlados por poucos. Esta minoria, intencionando manter o monopólio sobre seus recursos, se organiza para tanto, enquanto a maioria não dispõe das condições para se organizar. Desdobra-se disso, em Mosca, a noção de fórmula política, que diz respeito às condições de legitimação do mando de uma minoria. Minorias dominantes podem entrar em decadência quando seu poder não é mais justificado, não obstante a tendência oligárquica que se atribui a todos os governos na história da humanidade, onde as condições de disputa estariam limitadas às minorias organizadas apenas. Às massas desorganizadas não caberia qualquer papel político.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Fechando a tríade de fundadores, temos o alemão Robert Michels (1982), que tomou por objeto a democracia em sua obra *Sociologia dos Partidos Políticos*, e, pesquisando em partidos de esquerda europeus no início do século XX, em especial na socialdemocracia alemã, formulou a sua famosa “lei de ferro das oligarquias”. Tomando organizações políticas que tinham o discurso democrático mais radical possível, queria entender por que e como surgem as oligarquias. Com o crescimento e complexificação das sociedades de classe, o imperativo de organização para se fazer funcional nos seus objetivos, fez com que os chefes dos partidos se distanciassem cada vez mais de suas bases. A representação de interesses através de organizações e de delegados era tendência inexorável das sociedades complexas, de modo que a própria divisão do trabalho político nestas sociedades fez com que a delegação do poder se autonomizasse cada vez mais do controle das massas, produzindo oligarquias que tendiam a se reproduzir, concentrar poder e ter interesses próprios. Assim, a crítica à classe dominante proferida pelos socialistas, não fugia, para Michels (1982), à lógica oligárquica, pois os revolucionários de hoje deverão ser os reacionários de amanhã.

Na observação de Grynszpan (1996, p.44), se foi na Itália que a Teoria das Elites nasceu, foi, no entanto, nos Estados Unidos que ela “floresceu, desenvolvendo-se de maneira sistemática e experimentando um enorme sucesso nos meios intelectuais”. Inicialmente parte deste sucesso pode ser atribuído a James Burnham (1941) com a obra *The Managerial Revolution*, mas a plenitude deste sucesso só foi alcançada com o debate polêmico entre Charles Wright Mills e Robert Dahl acerca da democracia e das elites daquele país. A título ilustrativo, Burnham causou algum rebuliço nos meios intelectuais, principalmente marxistas, ao dizer que o poder não emanava da propriedade dos meios de produção, mas sim do seu controle. Cada vez menos na condição de classe dirigente, a burguesia perdia poder para uma nova classe que cada vez mais se profissionalizava no controle destes meios, os *managers*. Estes vinham progressivamente tomando o controle da economia nas sociedades capitalistas, tendo como forte referência empírica o *New Deal*, que pôs o Estado na condição de grande agente econômico, e o advento da ciência e das escolas de gestão.

Mas sem dúvidas o rebuliço intelectual maior foi entre Wright Mills e Robert Dahl, sendo este representando o pluralismo democrático e aquele o monismo elitista (GRYNSZPAN, 1996). Wright Mills (1981) estava interessado em desmistificar ideias correlatas à democracia americana, e para tanto buscou estudar a distribuição do poder naquele país. Em sua obra *A Elite do Poder*, ele formulou a tese de que os Estados Unidos passaram, durante do século XX, por um processo de concentração do poder nas mãos de alguns poucos indivíduos, uma elite unificada e coesa². Esta elite, localizada no topo hierárquico das grandes instituições políticas, econômicas e militares, era um grupo psicologicamente unificado, com origens sociais e trajetórias semelhantes e com as mesmas redes e espaços de sociabilidade. Além de tipo social semelhante, incluindo no que tange a valores, a unidade desta elite era demonstrada pela própria dinâmica das estruturas hierárquicas controladas por ela. Posições de elite eram facilmente permutáveis, cuja circulação era facilitada pela familiaridade entre os meios. Somado a isso, Mills

² Além de Mills, a tese do monismo das elites também foi sustentada por Floyd Hunter em seu estudo *Community Power Structure*, de 1953, sobre a concentração do poder na cidade de Atlanta. Anterior a publicação de *Elite do Poder*, o livro de Hunter é recorrentemente citado por Mills. Mas enquanto Hunter adotou um enfoque local, Mills adotou enfoque nacional.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

identificou uma sociedade de massa americana cada vez mais passiva, que tinha afastado o homem médio da vida política, o que dificultava qualquer possibilidade de controle democrático sobre a elite do poder. De tal modo, clama por mais democracia, através do retorno à participação política do cidadão médio.

Os ataques direcionados à Wright Mills vieram por duas frentes, uma marxista, representada por figurais tais como Paul Sweezy³. Outra, de teor liberal, proferida por Robert Dahl (1964), foi a precursora do pluralismo democrático. A tese de Dahl era de que, apesar da ideia clássica de democracia como governo da maioria, pelo povo e para o povo, era falsa, a diferença real entre ela e o autoritarismo residia no fato de que na democracia as elites seriam abertas, onde seu recrutamento e seleção não estariam confinados a um único grupo. Trata-se da ideia de livre concorrência, tão cara à teoria econômica, aplicada à concorrência política. Além de Dahl, também podem ser incluídos nesta vertente autores como Walter Lippmann e Joseph Schumpeter. Se trata, em suma, de uma tentativa de compatibilizar elitismo e democracia, elementos que haviam sido afastados no discurso dos neomaquiavélicos, tanto na tendência autoritária de Pareto e Mosca quanto na desilusão socialdemocrata de Michels. Contrariando Wright Mills, Dahl buscou mostrar, pela pesquisa que fez em *Who Governs?* (1964) que seu modelo pluralista era uma forma de melhor explicar a estrutura política americana, valendo-se da noção ideal de livre concorrência política e de uma certa pressão pelo efeito do voto popular. O sonho americano e seu grande ideal democrático nunca esteve tão bem representado na Ciência Política quanto aqui.

Tanto em Mills como em Dahl, está em disputa político-ideológica a relação entre elites e democracia. O que se observa, portanto, é que a partir destes desdobramentos nas ciências sociais norte-americanas o panorama internacional de estudos de elites até o final dos anos 1970 opunha duas grandes formas de interpretar o papel e o poder das elites: o elitismo monista e o pluralismo.

3. A RENOVAÇÃO DOS ESTUDOS DE ELITES DIRIGENTES NA FRANÇA: SOCIOLOGIA E HISTÓRIA SOCIAL

Vem de John Scott (1995), atualmente reconhecido como um dos principais sociólogos anglo-saxões responsáveis pelo estudo do poder, o comentário avaliativo de que a literatura anglo-saxã sobre elites dirigentes teria entrado em crise desde o começo da década de 1980. Analogamente, analisando a produção bibliográfica anglo-saxônica sobre elites, Grynzspan (1996, p.35) chega às mesmas conclusões, quando menciona que se trata de “uma discussão que se estende do século XIX até, pelo menos, a década de 1980, quando sua incidência diminui”. Mas, na avaliação de Scott (1995, p.09), o principal problema que se apresenta é quanto à própria relevância desse tipo de estudo para a teorização sociológica. Recorrentemente, os “pesquisadores ao qualificarem um grupo de

³ As críticas de intelectuais marxistas à Mills vieram de várias frentes, quase todas concentradas no periódico de esquerda *Monthly Review*. Os debates giravam em torno de inserir ou não a noção de elite do poder à análise do capitalismo com base na teoria das classes. Não apenas a figura de Sweezy, que se opôs a Mills, outro debate marcante ocorreu dentro do próprio marxismo, entre Ralph Miliband e Nicos Poulantzas, sobre considerar ou não o conceito de elite como sociologicamente válido, isto é, entende-se por válido apenas sua submissão à crítica marxista. Na análise de Grynzspan (1996), havia, acima de tudo, uma feroz competição pelo discurso radical legítimo, e, segundo Coradini (2008a), uma disputa pela crítica legítima ao Estado.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

elite e descreverem sua origem social e seu recrutamento se deparam com a interrogação ‘e daí?’”. Trata-se mesmo de um problema que obstaculiza o avanço teórico, refletindo sua fragilidade na própria definição do termo, geralmente muito fluída e pouco precisa, como visto na sessão anterior, que “em si mesmo, designa uma gama de investigação científica que abrange políticos, dirigentes de empresa, legisladores, etc., e não invoca qualquer implicação teórica particular” (SCOTT, 1995, p.09).

Fazendo uma alusão ao título da obra de Dahl, Seidl (2013) afirma que a premissa de que “o poder nas sociedades modernas é exercido por governantes ou políticos profissionais levaria ao estudo de tais grupos para então saber-se, finalmente, quem governa”. O debate em torno de “saber-se quem governa” não ficou, de modo algum, alheio às apropriações político-ideológicas. Do contrário, como se viu, tudo pareceu ter girado em torno da “questão da democracia” e da “qualidade das elites”, principalmente no debate norte-americano entre monistas e pluralistas. Por detrás disso há razões históricas e que dizem respeito às clivagens do poder das elites daquele país, ou, para usar os termos de Seidl (2013, p.179-180), “a ciência política norte-americana foi central no uso do tema como combustível para polêmicas políticas”. Atingindo seu auge na metade do século XX, com estes calorosos debates políticos que animaram as ciências sociais anglo-saxônicas e inclusive foram exportados⁴, então decresceu na década de 1980. No entanto, Seidl (2013) atenta que na França do último quarto do século XX foram surgindo novas agendas de investigação empírica acerca da questão, e que muito beneficentemente escapavam aos debates normativos e tomadas de posição política e ideológica, principalmente por resgatarem premissas sociológicas de Max Weber. Trata-se de um momento de grande fertilidade para a ciência social francesa, com impacto também na disciplina de História, onde se “ampliaram consideravelmente o panorama de hipóteses, questionamentos, procedimentos e terrenos de pesquisa” (SEIDL, 2013, p.181).

Em termos de incursões empíricas, já no final da década de 1970, Pierre Birnbaum (1977) explora a morfologia social da alta administração francesa a partir de categorias sociológicas mais refinadas como “composição social”, “recursos culturais” e “itinerários profissionais”. Pertinente mencionar, a alta administração do Estado e das grandes empresas tornou-se objeto de grande atenção de sociólogos e historiadores. Cada vez mais, as questões sociológicas ganham refinamento, pois buscou-se relacionar origem social e itinerários de elite com os mecanismos de recrutamento para as posições de poder. A questão de pesquisa, a partir de Birnbaum, deixou de ser “quem governa?” e ganhou maior refinamento sociológico acerca do funcionamento das engrenagens do Estado. Deixa-se o descritivismo de lado e posturas mais analíticas ganham vigor. Mas o maior impulso na França à retomada de pesquisas sobre elites veio a partir dos trabalhos de Pierre Bourdieu e pesquisadores a ele vinculados. Com ele, tratou-se não apenas de um reaquecimento, mas de ampla mudança nas bases epistemológicas das ciências sociais, pois são “as condições de construção das elites ou grupos dirigentes como objeto de estudo” (SEIDL, 2013, p.182) que mudam. Nesta ordem, a grande mudança operada foi quanto à forma de conceber poder e elites, ganhando contornos teóricos particulares sem abdicar de toda uma

⁴ No Brasil, ver publicações do tipo “As elites brasileiras e a modernização do setor público: um debate” (SOUZA; LAMOUNIER, 1992), que reúne intelectuais das ciências sociais e políticos para discutir a “qualidade das nossas elites”.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

tradição sociológica⁵. A particularidade reside, precisamente, naquilo que Bourdieu veio a definir como “campo do poder” (1996). Constructo que rompe com o pensamento substancialista e unitário do poder, Bourdieu defende que as sociedades modernas são compostas por esferas sociais com relativa autonomia entre si. Por serem múltiplos e hierarquizados a partir de lógicas de poder específicas (capitais), passa a ser ilógico falar de um tipo de poder ou de uma elite dirigente. A conclusão lógica é apenas de que existem grupos sociais que ocupam posições dominantes em uma ou mais dessas esferas concorrentes⁶.

A novidade introduzida por Bourdieu, uma visão multidimensional das estruturas sociais onde existem (e se confrontam material e simbolicamente) diversas elites, que rompe tanto com um certo reducionismo marxista da “classe dominante” (que associa o termo a poder político e econômico sem considerar que tratam-se de esferas distintas e a passagem de uma a outra implica numa conversão entre diferentes espécies de capitais) e com o empirismo abstrato do “*ruling class*” à moda de Robert Dahl (BOURDIEU, 2004), leva a uma nova problemática de pesquisa, como bem ressalta Coradini (2008a, p.13-4), que diz respeito às “estruturas de capital, de poder e de dominação em diferentes esferas sociais”. Assim, o objeto empírico deste tipo de estudo passa a não ser mais o grupo ou os indivíduos, que, como se viu, predominou na tradição constituída pela Teoria das Elites, mas sim os “recursos e princípios de legitimação que estruturam suas práticas e, inclusive, suas relações com as demais categorias sociais”, ainda que sejam o principal *locus* para levantamento das fontes de pesquisa.

A diversidade dos espaços de poder e elites implicou numa ampla gama de estudos mais setorializados, ainda que sínteses sociológicas e históricas tenham sido ensaiadas. Qualquer esforço no sentido de elencar exaustivamente esta bibliografia seria em vão, no entanto se crê que trazer à tona aquilo que é julgado como de maior relevância pode ser um bom ponto de partida para aqueles que estão cogitando adentrar neste universo de estudos. Inicialmente, sobre a estrutura de poder do campo acadêmico francês (BOURDIEU, 2013a), sobre as relações entre o campo escolar e o campo do poder (BOURDIEU, 1996; BOURDIEU; PASSERON, 2015; BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1987a; BOURDIEU; BOLTANSKI; SAINT-MARTIN, 1973), sobre o campo literário (BOURDIEU, 2005; SAPIRO, 1999); sobre o campo dos economistas (LEBARON, 2000; DULONG, 1996); sobre o campo religioso (BOURDIEU, 2007; BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1987b); sobre as reconversões operadas no espaço da nobreza francesa (SAINT-MARTIN, 1993); o campo jurídico e os juristas (BOURDIEU, 1986; CAM, 1978; KARADY, 1991; DEZALAY; GARTH, 2002); o campo científico (BOURDIEU, 2013b); os dirigentes de grandes empresas e alta-burguesia (BOURDIEU; SAINT-

⁵ Para uma compreensão mais abrangente e apurada da perspectiva epistemológica de Bourdieu, ver Bourdieu, Passeron e Chamboredon (2004), bem como Passeron (1995) e Champagne et al. (1996). Para as condições de aplicação desta perspectiva no Brasil, ver Coradini (1996).

⁶ O somatório destes espaços de poder concorrentes resulta no campo do poder, isto é, “um campo de forças definido em sua estrutura pelo estado da relação de força entre formas de poder, ou de espécies de capital diferentes. É também, inseparavelmente, um campo de lutas pelo poder entre detentores de poderes diferentes, um espaço de jogo no qual agentes e instituições que têm em comum a posse de uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural, sobretudo) suficiente para ocupar posições dominantes no interior de seus campos respectivos enfrentam-se com estratégias destinadas a conservar ou a transformar esta relação de força” (BOURDIEU, 1996, p.264-265).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

MARTIN, 1978; PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 1998) e o campo jornalístico (MARCHETTI, 2002).

Assim como a disciplina de Sociologia na França, a História também foi, no transcorrer do século XX, adquirindo status científico e cada vez mais especializado. Indo no movimento iniciado pela Escola dos *Annales* e reformulado pela Nova História, o incentivo ao diálogo entre História e Ciências Sociais e o declínio da hegemonia marxista na disciplina favoreceu o fortalecimento e autonomização de uma micro-história social de elites na década de 1970, que, segundo Charle (2006, p.20), levou “os historiadores a renunciar a tratar a globalidade do social e a se limitar a uma história social segmentada em grupos socioprofissionais ou em ‘elites’[...] sucederam-se as teses sobre os diferentes meios sociais: os médicos, os professores, os operários, a greve, os grevistas, os oficiais, etc.”. Abdicando da velha história das elites, de teor heroizante, fixada em personagens e atos excepcionais, esta nova perspectiva está mais interessada nas regularidades, sinais comuns e condicionantes sociais e culturais na história dos homens e grupos, para, deste modo, compreender a complexidade das relações entre os atores que ocupam o topo da hierarquia social. Em síntese, observa-se neste âmbito a investida de problemáticas cada vez mais sociológicas na História, como, por exemplo, o estudo da renovação ou reprodução da burguesia entre gerações, e como se operam, à custa de quais conversões de capitais, as passagens de uma fração à outra.

O balanço bibliográfico mais abrangente dos trabalhos pertencentes a este movimento de história das elites na França é de Charle (2006)⁷, que, inclusive também, participou ativamente nas investidas de trabalho empírico, principalmente ao estudar as elites políticas (1987) e o intelectuais (1990) daquele país no fim do século XIX.

4. A RECEPÇÃO NO BRASIL DA “VIRADA SOCIOLOGICA FRANCESA” EM ESTUDOS DE ELITES DIRIGENTES

Trata-se de tarefa árdua localizar com precisão o momento em que, dentro das ciências sociais brasileiras, a então virada sociológica francesa em estudos de elites dirigentes, discutida na seção anterior, estimulou aqui os primeiros estudos com enfoque teórico-metodológico semelhante, com ênfase na confluência entre a Sociologia e a História. Nenhuma transposição desta natureza é tão simplória e mecânica como nos querem fazer acreditar alguns manuais de ciência destinados aqueles que clamam por explicações pouco refinadas. A realidade da prática científica é complexa e todo processo de recepção de autores e correntes é mediado por este caos de práticas. A decomposição lógica deste todo confuso em partes inteligíveis pode ser uma estratégia para clarificar como a recepção se deu. É preciso então mencionar que tal processo recebeu três grandes influências: duas indiretas, através da presença da sociologia política de Max Weber nas interpretações do processo de modernização brasileira e dos estrangeiros brasilianistas interessados em entender o sistema política brasileiro; e uma direta, através da recepção e tradução dos trabalhos de Bourdieu. Sem a pretensão de esgotar as possibilidades causais,

⁷ O balanço bibliográfico de Charle (2006) está incluído na coletânea “Por outra história das elites”, organizada por Heinz (2006) que buscou aglutinar, com tradução para português, trabalhos de revisão sistemática, metodológicos e empíricos articulados sob a perspectiva da micro-história social de elites. Outras coletâneas, também de Heinz (2011, 2012), reuniram apenas trabalhos empíricos de pesquisadores brasileiros, todos orientados pela mesma perspectiva.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

outras influências são possíveis, como por exemplo, os estudos de viés marxista como também a recepção da “Teoria das Elites”. No entanto, estas duas vertentes divergem consideravelmente da proposta bourdieusiana, portanto, creio que sua influência é pouco relevante para o que aqui se propõe: entender a consolidação de uma perspectiva bourdieusiana para o estudo de elites dirigentes no Brasil. O intento, portanto, desta seção, é expor os contornos gerais da sociologia política weberiana no Brasil e do movimento brasilianista, para, em sequência, expor mais pontualmente os elementos propriamente de matiz bourdieusianos em alguns estudos clássicos sobre as elites dirigentes no Brasil, que, cada qual ao seu modo, contribuiu para institucionalizar esta área de estudos no país.

Acredito que estudos sobre elites dirigentes no Brasil, decorrentes da virada sociológica francesa, começaram a surgir de forma mais sistematizada, e em torno de um objeto comum, apenas a partir nos anos 1980. Certamente o Bourdieu lido pela área de Educação ganhou muito maior amplitude do que sua leitura enquanto sociólogo das elites dirigentes na França, tanto que sua principal obra empírica sobre este objeto, *La noblesse d'État* (BOURDIEU, 1996), jamais foi traduzida para o português. Inclusive, é muito comum a apropriação brasileira legitimá-lo enquanto teórico da reprodução das desigualdades culturais, quando não raro seu nome é pronunciado para subsidiar algumas ideias de esquerda, como a recente crítica política à investida neoliberal na América Latina, muito presente nos escritos políticos do autor nos anos 1990. As estratégias editoriais podem revelar indícios sobre o modo como determinado autor é apropriado.

No caso brasileiro, certamente o Bourdieu sociólogo dos grupos dirigentes foi o mais ignorado. Ainda que esta recepção tenha sido escassa, ela aconteceu e contribuiu para determinar o surgimento dos estudos de elites dirigentes por aqui. Pioneiro, data de 1979 o trabalho “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”, de Sérgio Miceli (2001b), proveniente de sua tese de doutoramento na USP co-orientada pelo sociólogo francês em estágio doutoral. Miceli é provavelmente o primeiro autor das ciências sociais brasileiras a se apropriar conjuntamente da noção weberiana de estamento e do arcabouço teórico bourdieusiano para estudar historicamente um grupo dirigente no país situado na primeira metade do século XX. Aqui, a sociologia volta-se ao passado, traço muito característico em Bourdieu, que sempre que necessário retorna às origens sociais e familiares, às gerações passadas, para explicar determinados fenômenos sociais.

O outro alicerce que sustentou a institucionalização destes estudos de elites dirigentes aqui foi chegada da obra de Max Weber, em específico sua sociologia política. Se a recepção de Bourdieu é relativamente recente, a recepção da sociologia política de Weber é anterior e já resultou na institucionalização de uma Sociologia weberiana brasileira, com suas disputas teóricas próprias⁸. Em sua gênese, tal recepção girava em torno de leituras dos tipos de dominação weberianos levando em conta os condicionantes sócio-históricos nacionais na formação do nosso Estado, entre colônia e república, cujo eixo de debate era o processo de modernização brasileiro e as explicações para o seu atraso patológico. Apesar deste esforço, podemos dizer, mais científico e menos ensaístico, também algumas noções de elite permearam abundantemente o imaginário político e a linguagem do poder em “terra *brasilis*” durante grande parte da nossa história, construindo uma cultura política *sui generis*. Não é a intenção aqui documentar estes usos políticos, mas apenas estudos cientificamente direcionados ao universo social dos

⁸ A institucionalização desta área e respectivos debates teóricos já foram extensivamente mapeados em Faoro (1993), Werneck Vianna (1999) e Campante (2003).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

poderosos. Bons estudos sobre tais usos extracientíficos já foram feitos em Ciências Sociais, como, por exemplo, Pécaut (1990), Miceli (2001b) e Trindade (1979).

Entre as primeiras leituras da sociologia política weberiana levando em conta o contexto cultural brasileiro, está o clássico *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda. Se Holanda (2011) fundou na noção de patriarcalismo em Weber o instrumental conceitual para identificar às peculiaridades de nossa formação social a partir de elementos culturais historicamente situados, Raymundo Faoro (2012), em “Os donos do poder”, foi aquele que se valeu da noção de estamento burocrático para interpretar a formação do Estado brasileiro e seu grupo dirigente a partir da lógica estamental, do patrimonialismo e do capitalismo politicamente orientado. O conceito de estamento burocrático também aparece em outro estudo, o já mencionado Miceli (2001b), sobre a relação entre as camadas intelectuais e o Estado no período (1920-1945), sustentando a tese de cooptação por parte das fileiras do Estado de intelectuais provenientes de frações da classe dirigentes ameaçadas de desqualificação social. Já Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) nega que o Brasil seja uma sociedade de casta estamental, mas também não se modernizou o suficiente para ser de classes. Tratar-se-ia de um entremeio, onde predomina tanto traços tradicionais quanto racional-legais. Menos dependente de Weber, outro estudo de grande impacto foi o de Carvalho (2014) sobre a elite política imperial, que, na intenção de buscar um princípio explicativo para a unidade política e estabilidade no Brasil monarquia, viu na elite política da época homogeneidade ideológica e de formação. Estas condições de socialização das elites, mais ou menos homogêneas em termos de educação e carreira, poderiam servir para melhor explicar a redução dos conflitos intra-elite daquele período e a maior coesão política e o grande peso do Estado para regular relações sociais, em tempos de uma formação burguesa ainda politicamente insípida.

À parte às leituras weberianas da formação da sociedade e Estado no Brasil, alguns autores da Ciência Política norte-americana interessaram-se em estudar a política brasileira. Podemos datar os brasilianistas entre os quais Levine (1980), Love (1982) e Wirth (1982) que focaram no estudo elites regionais. Mas o primeiro esforço de síntese vindo de um brasilianista⁹ é de Conniff e McCann (1991, p.99) ao estudarem a elite nacional enfocando “as características e a seleção de funcionários no Poder Executivo do governo, desde prefeitos até presidentes”. É bem provável que um dos primeiros autores brasileiros da Sociologia a tratar especificamente dos processos de recrutamento e seleção das elites políticas tenha sido Miceli (1983), num árduo trabalho de levantamento prosopográfico da composição social da elite política brasileira pós-1930.

Se a influência de elementos bourdieusianos guiando orientações teóricas e metodológicas ao estudo de elites brasileira apareceu, como mencionado, em Miceli (2001b), outros elementos da sociologia de Bourdieu foram aparecendo. Neste âmbito, outro estudo clássico foi o de Martins (1987), que vê entre 1920 e 1940 a gestação de uma *intelligentsia* no Brasil. Estes intelectuais, dotados de uma missão social, não ficaram indiferentes à ação política, e, quase sempre, proclamaram a capacidade que lhes eram inerentes de organizar a sociedade segundo seus próprios critérios. Também é possível mencionar o estudo de Pécaut (1990) sobre os intelectuais. Assim como Martins, Pécaut

⁹ Outros brasilianistas estavam interessados não especificamente na composição social e transformações das elites, mas sim no sistema político brasileiro como um todo. Entre eles estão McDonough (1981), Schmitter (1971), Skidmore (1967) e Martins (1976).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

vê nos intelectuais brasileiros aqueles que reivindicaram a liderança moral da nação, se colocando a serviço do conhecimento da realidade nacional e da formação da sociedade, pois se viam à altura de construir a nação e de deterem um saber relativo às leis da sua evolução histórica.

Como se vê, os estudos sobre elites no Brasil guiados por tal orientação foram se tornando cada vez mais setorizados no que tange às diferentes frações de elite, ainda que tentativas mais amplas de síntese tenham ocorrido. Essa setorização parece estar intimamente relacionada com a virada ocorrida na França, que bem absorveu seus fundamentos teóricos e orientações metodológicas. Além destas referências já clássicas aos estudos das elites políticas e intelectuais, não passaram despercebidos outros setores dirigentes. Neste ponto, algumas referências são fundamentais, como é o caso dos economistas no governo, analisados por Loureiro (1997) à luz da relação entre posse de conhecimento sobre a economia e poder político. Também é o caso dos cientistas sociais, analisados por Saint-Martin (1988) nas relações também entre ciência e política¹⁰; da elite médica, analisado por Coradini (1997); as elites políticas no Estado Novo, analisadas por Codato (2008); os juristas e as lutas pelo Estado, analisados por Dezalay e Garth (2002); a trajetória do eminente político Tenório Cavalcanti e do panteão da chamada “geração de 1907”, analisadas por Grynszpan (1990) e Grijó (1998) respectivamente; as elites militares, analisadas por Seidl (2008, 2010); e as elites eclesiais, analisadas também por Seidl (2004)¹¹. Em síntese, todas estas referências fundamentais compõem aquilo que podemos chamar de alicerce dos estudos de elites dirigentes no Brasil. Cabe atentar, que de uma forma ou outra, a questão teórica da relação entre os setores dominantes e o poder político é o elo que parece os ligar.

Constata-se que atualmente estes estudos não dependem apenas de apelos saudosistas às referências fundamentais e clássicas. Ainda que sejam fundamentais e incontestes pontos de partida, o campo de estudos hoje em dia já apresenta contornos mais institucionalizados e autônomos, no sentido de espaço temático em publicações especializadas e grupos e linhas de pesquisas espalhadas pelo país. Entre as publicações, bem recentemente espaço tem sido aberto para a organização de dossiês, como “Elites políticas”, “Sociologia do poder e das elites”, “Elites”, “Cultura, poder e modalidades de engajamento” e “Profissões e espaços da política”¹². Quanto aos grupos e linhas de pesquisa, esses vêm se consolidando em algumas universidades brasileiras, como a linha “Elites e Poder Político” e o grupo “Núcleo de Estudos em Justiça e Poder Político” (PPGCP/UFRGS); a linha “Instituições Política, Elites e Processos Decisórios” e o grupo “Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil” (PPGCP/UFPR); a linha “Relações de Poder: Elites, Participação Política e Políticas Públicas” e o grupo “Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais” (PPGCSOC/UFMA). Do mesmo modo, outros indicadores de institucionalização são: a presença, desde 2007, do grupo de trabalho “Elites e espaços do poder” nos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-

¹⁰ Outros estudos também abordam esta relação, como em Bordignon (2013), Miceli (1987), Garcia Jr. (1993, 2004). Tal relação também é estudada no caso da Argentina por Sigal (2012).

¹¹ Outras esferas, muito mais setorizadas, também foram alvo de estudos, como o jornalismo e o militância, engajamento ou defesa de causas em geral. Para um exame mais minucioso, ver Seidl e Grill (2013).

¹² Publicados, respectivamente, na Revista de Sociologia e Política (UFPR, v.16, n.30, 2008), Revista TOMO (UFS, v.10, n.13, 2008), e os três últimos na Revista Pós Ciências Sociais (UFMA, v.08, n.15, 2011; v.09, n.17, 2012; v.12, n.24, 2015).

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); e a publicação de coletâneas organizadas por Almeida et al. (2004), Almeida e Nogueira (2003), Canêdo, Tomizaki e Garcia Jr. (2013), Coradini (2008b), Heinz (2006, 2011, 2012), Seidl e Grill (2013), Perissinotto e Codato (2015).

5. ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E ELITES: À GUIA DE UM PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO BOURDIEUSIANO

Como já bem se constatou na seção introdutória, a questão do estudo das elites ou grupos dirigentes tem sido sistematicamente ignorado pela área acadêmica de Estudos Organizacionais no Brasil. Investigar sobre os motivos de tamanha desconsideração não seja o objetivo deste texto, que se direciona mais ao viés positivo de uma propositura. Antes, as hipóteses de desconsideração parecem estar relacionadas às tendências emergentes do pós-colonialismo, marxismo e pós-estruturalismo que vêm oligopolizando o espaço da crítica legítima ao *management* (plano das ideias), à burocracia (plano político) e, muito recentemente, ao capitalismo (plano econômico/material) e às teorias da modernização (plano das ideias). Fechando este parêntese, se no meio nacional observa-se a ausência completa, no plano internacional nem tanto. A partir de uma pesquisa realizada no Portal de Periódicos CAPES, envolvendo em conjunto os termos “elite” ou “elites” e “*organization studies*”, foram localizados alguns artigos recentes que vêm se valendo de alguma noção de elites ou grupos dirigentes como recurso analítico para o estudo do poder e da dominação. Entre aqueles que se valem explicitamente de alguma referência à matriz teórica bourdieusiana, foi observado que de modo geral fazem uma apropriação parcial dele¹³. Do contrário, defendemos que este programa de pesquisa aplicado aos Estudos Organizacionais precisa, para se institucionalizar, de plena articulação lógica entre seus elementos constitutivos de ordens epistemológica, teórica e metodológica.

Conforme foi indicado na introdução, o principal objetivo deste artigo é lançar uma propositura à área de Estudos Organizacionais no Brasil para o estudo de grupos dirigentes à luz de um programa de investigação bourdieusiano. Até agora, foi aberto caminho para apresentar e contextualizar a especificidade deste programa e afastar nossa propositura de caminhos diferentes. Ao decorrer do texto, buscou-se tomar distância da “Teoria das Elites”, do marxismo, e retomar uma aproximação com a sociologia política de Weber, com as devidas ressalvas, para não cair na perspectiva analítica que critica determinadas elites estamentais pelo atraso brasileiro. No entanto, o objetivo não estaria cumprido a não ser com a proposta de um caminho coerente e sistemático para tentar superar alguns problemas intrínsecos a este tipo de propositura, que são de ordem: a) epistemológica; b) teórica-conceitual; c) metodológica-operacional. Através do programa de investigação bourdieusiano, estas três esferas de problemas são enfrentadas e discutidas à luz de nove elementos fundamentais que dizem respeito à coerência sociológica do programa¹⁴: a) a reelaboração de uma base epistemológica a partir de antigos e atuais confrontos entre diferentes concepções de ciências sociais; b) a adesão ao racionalismo aplicado; c) a ruptura com a ilusão da transparência; d) renunciar ao proveito social da ciência; e)

¹³ Ver, por exemplo, Maclean, Harvey e Kling (2014), Kerr e Robinson (2012), Zald e Lounsbury (2010) e Reed (2012).

¹⁴ Os itens de “a” a “g” versão sobre a ordem epistemológica, o item “h” sobre a ordem teórica, e o item “i” é metodológico.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

objetivar o sujeito objetivante; f) a distinção entre razão e senso prático; g) operar simultaneamente com as abordagens objetivista e subjetivista; h) o encadeamento lógico entre os conceitos; i) a prosopografia enquanto método.

Em termos epistemológicos é necessário mencionar que a base do programa de pesquisa bourdieusiano é, antes de mais nada, uma reelaboração a partir de outras bases já existentes e muitas vezes em oposição no espaço das ciências sociais. Portanto, sua agenda de pesquisa não parte de um vazio, ou de completa ruptura, mas antes de um conjunto de avanços e problemas já existentes na Sociologia, como, por exemplo, o longo debate sociológico entre as noções de indivíduo e sociedade, agência e estrutura, individualismo metodológico e holismo metodológicos. Estas bases não são abandonadas, mas elementos delas são tomadas e reformulados a partir de uma filosofia racionalista específica (BOURDIEU, 2009). Isso nos leva ao segundo ponto, a adesão ao racionalismo aplicado. O programa bourdieusiano tem no racionalismo aplicado, epistemologia neokantiana de Gaston Bachelard, a sua principal condição de existência. Assim, deste ponto de vista epistêmico, a única razão de ser de uma Ciência Social é a utopia racional, explicar causalmente fenômenos, abdicando toda e qualquer busca de sentido. Em outros termos, quer dizer que a ciência não pode atribuir um sentido objetivo (apenas o sentido subjetivamente visado, como faz Weber (2003) ao atualizar a filosofia das ciências culturais de Henrich Rickert) ao indivíduo, à sociedade ou mesmo à história. A ciência de Bourdieu nasce e se situa num mundo já desencantado, para falar nos termos de Weber. Isso implica em que a condição de existência das ciências sociais, nos termos bourdieusianos, é a sua autonomia frente às demandas e determinações sociais (BOURDIEU, 1994), tendo em vista que neste mundo as diferentes esferas sociais possuem cada uma sua lógica própria (Weber, 2013). A esfera da ciência, nestes termos, tem como especificidade a racionalidade cognitivo-instrumental. Autonomia nunca plena, sempre relativa, o cientista social dificilmente conseguirá se livrar do fardo de que a sociologia sempre partilhará um pouco da lógica do campo político, e todos, principalmente os praticantes de uma sociologia espontânea, acabam mesmo não intencionalmente lançando posições sobre “questões sociais do momento” ou, no caso específico, “apreciações sobre nossas elites”. Até mesmo a formulação mais neutra (axiologicamente falando) pode soar aos ouvidos do ouvinte ordinário, como posição valorativa.

Isso tudo leva à necessidade de ruptura epistemológica com a ilusão da transparência. Isto é, romper com prenoções que tomam a nossa compreensão imediata dos fatos (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2004). Questionar o que está dado pelo senso comum é o ponto de partida. Isso implica questionar tudo o que se diz sobre o objeto, até mesmo os discursos feitos pelos intelectuais e outros participantes do campo da produção cultural. Estas questões pré-formuladas devem ser tomadas como objeto de estudo e não incorporadas no referencial analítico da ciência social. Outro pressuposto de autonomia é renunciar ao proveito social da ciência, e não se valer de sua força para triunfar socialmente no campo científico. Não fazer da ciência das elites dirigentes um instrumento de poder, no sentido de imposição de uma determinada visão do mundo social. Assim, um campo científico com elevada autonomia tem como força apenas os argumentos e ideias verdadeiras.

Assim munido deste arsenal, o cientista que adere a um programa de investigação bourdieusiano tem as condições de aplicar nele mesmo a objetivação do sujeito objetivante (BOURDIEU, 2009). Tem-se então a importante ferramenta da reflexividade. Isso implica

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

em criar as condições para que o cientista social tenha clareza e algum grau de controle de suas prenoções. Mas não apenas isso, pois também incluem questões mais profundas como sentimentos, valores, preferências que podem interferir na construção de seu objeto de estudo. Mesmo com o mais estrito controle, a neutralidade axiológica é uma utopia não realizável, portanto jamais conseguiremos não deixar de imprimir algum ponto de vista específico no objeto que construímos. Nosso arsenal epistemológico age apenas com alguma capacidade de controle, mas nunca levando à completa neutralidade. Mas em termos práticos, a objetivação do sociólogo precisa ser tanto dele enquanto ser social quanto das condições de existência da prática sociológica na qual ele está institucionalmente inserido. É impar questionar: “quais as posições do meu ser social frente às elites e grupos dirigentes do meu país?” e também “como a sociologia do meu país vem formulando suas questões acerca dos dirigentes?”. Questões aparentemente simples, mas profundas, são um bom ponto de partida para a objetivação. Em termos de um programa de investigação bourdieusiano, isto é um exercício de sociologia do conhecimento, ou mais especificamente, de sociologia da sociologia. No que concerne ao estudo de elites, um claro exemplo desta prática é o esforço de Grynspan (1999) em fazer uma sociologia sobre os condicionantes sociais do desenvolvimento da Teoria das Elites.

Parte-se agora para a necessidade de distinção entre razão e senso prático. A lógica teórica, pressuposto da razão e privilégio do cientista que numa posição exteriora suspende todas as suas formas de adesão ao mundo social, precisa para ser operante de uma completa reconversão da visão ordinária do mundo social que se vincula apenas ao visível. A não distinção entre razão e mundo da prática levaria o pesquisador a tentar “fundar na razão as divisões arbitrárias da ordem social [...] dando assim uma solução lógica ou cosmológica ao problema da classificação dos homens” (BOURDIEU, 1994, p.11). Antes, o sociólogo deve tomar por objeto estas lutas pela classificação ao invés de agir como árbitro das classificações sociais. Especificamente no universo das elites, percebe-se sobretudo, que o que está em jogo é uma luta pelo monopólio da classificação legítima do mundo social, a partir dos recursos de que cada agente dispõe. Pensa-se, por exemplo, no discurso meritocrático daqueles que possuem elevado capital cultural. Nestes termos, o objeto de pesquisa daqueles que aderem a um programa de investigação bourdieusiano para o estudo de elites limita-se aos recursos e princípios de legitimação que estruturam as práticas dos grupos dirigentes e suas relações com outras frações de elite. Assim, por exemplo, aqueles indivíduos, grupos ou instituições que criticam o meritocratismo devem ser incluídos no objeto de estudo por participarem igualmente da luta pela classificação legítima, ao invés de tomar a “crítica” como recurso analítico.

Dado os elementos epistemológicos expostos, em termos teórico-analíticos a principal decorrência destes princípios é ter as condições para operar simultaneamente com abordagens objetivistas e subjetivistas do mundo social. Isto ocorre pois o esquema teórico fundamental de um programa de investigação bourdieusiano relaciona três elementos de natureza ontológica aparentemente distintas, mas que tratam-se de faces de uma mesma moeda: as posições sociais (etapa objetiva), as disposições (etapa objetiva e subjetiva) e as tomadas de posição (etapa subjetiva) (BOURDIEU, 2011). Dito em outros termos, deve haver um esforço metodológico para apreender tanto os princípios de classificação e luta entre elites pela legitimação no mundo social, quanto as condições sociais (objetivas) de sua emergência e realização (institucionalização) conforme as posições sociais e estruturas de capital objetivadas. A principal decorrência disto é procurar romper com as dicotomias que polarizam opções teóricas e metodológicas em

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

ciências sociais. A principal delas é a separação entre agente e sociedade e entre individualismo metodológico e holismo metodológico. A ruptura nada mais revela que não são perspectivas opostas, mas sim duas faces de uma mesma realidade social. Outro imperativo é a necessidade de estabelecer relações lógicas entre conceitos muitas vezes opostos por se tratarem de concepções distintas da realidade social. Somente com a superação das polarizações teóricas e metodológicas torna-se possível o domínio do conjunto conceitual. No caso do programa de investigação bourdieusiano, conceitos mais relacionados à realidade objetiva como “capitais”, “estrutura de capitais” e “posições sociais” não adquirem completo sentido a não ser articulados com outros de cunho mais subjetivo, como “princípios de classificação”, “formas de dominação” e “legitimação”. De certa forma, esta articulação conceitual já aparece em Weber (2004), por exemplo, na sua “Ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”, quando recorre ao nível micro da ação racional referente a valores para explicar a relação causal entre a moral ascética e o moderno éthos profissional (macro/institucional).

Estas especificidades epistemológicas e teóricas nos levam, por fim, ao seguinte questionamento: é possível que haja um método articulado à coerência de um programa de investigação bourdieusiano de elites dirigentes? A resposta é positiva. Neste âmbito, a prosopografia tem se mostrado um método bastante profícuo ao estudo de grupos dirigentes (Miceli, 2001a). Sem entrar em maior nível de detalhamento, pois outros autores já fizeram, como Charle (2006) e Heinz e Codato (2015), apenas cabe mencionar que se trata de estratégia de pesquisa voltada à reconstituição da trajetória social e profissional de elites. O aporte da prosopografia se mostra especificamente útil para conduzir estudos sobre elites dirigentes amparados pelo referencial teórico que se propõe aqui. Tal adequação entre epistemologia, teoria e método é comentada por Broady (2002). Como bem se expôs anteriormente, a virada francesa em estudos de elites passou a estudar estruturas de poder e dominação a partir do recurso metodológico que leva em conta os indivíduos pertencentes ao mesmo campo social, baseando-se no levantamento de dados individuais sobre origem social, trajetórias escolares e profissionais, posições sociais, tomadas de posição e recursos herdados ou adquiridos, para, ao final, produzir conclusões sobre a história e estrutura do campo. O método também permite perceber a passagem de um campo a outro, contribuindo para a teorização das estratégias de reconversão de capitais dos agentes. Conforme aponta Seidl (2013, p.192), o método prosopográfico “tem se mostrado um dos instrumentos mais úteis e estimulantes aos propósitos de compreensão das lógicas de estruturação de determinados espaços sociais e dos recursos eficientes mobilizados por agentes neles posicionados de forma desigual”. Tal como já mencionado, não estando mais em pauta como objeto os indivíduos, mas sim estruturas de dominação, a reconstrução prosopográfica da trajetória dos agentes através de fontes biográficas e memorialísticas permite o exame crítico do modo como os grupos socialmente bem posicionados reconstituem suas vidas e justificam suas ações e práticas, permitindo evidenciar diferentes lógicas e recursos sociais acionados por agentes para galgar posições dominantes.

Como bem se pôde notar, é coerente a afirmação de Heinz e Codato (2015) de que estudos de elites podem dar pistas sobre transformações históricas de uma sociedade. Analisar as variações de perfil dos grupos dirigentes permite explicar o porquê da entrada e saída de grupos dos meios dirigentes, da mobilidade social, da ascensão e queda do prestígio de profissões e da autonomização do universo político em relação ao mundo social (conforme mediram Love e Barickman (1986) o grau de correspondência entre as

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

lideranças políticas e econômicas nos principais estados brasileiros). Mas ainda mais importante do que saber seus benefícios analíticos ou mesmo sua operacionalidade, isso os manuais dão conta de resolver, é compreender que ele pressupõe todo um esquema interpretativo do mundo social que buscou-se apresentar neste artigo. Em síntese, toma-se como princípios básicos o fato de que este método lida com agregados concretos de indivíduos historicamente situados e não com abstrações teóricas como a noção de classe social, e o fato de que os atributos e características do grupo contribuem para explicar tomadas de posição efetivas no mundo da prática e desvelar relações objetivas entre grupos sociais, para fins de conclusões sociológicas sobre uma dada realidade histórica.

Para concluir, Seidl e Grill (2013) confirmam que a prosopografia não é um fim em si mesma, mera caracterização social dos dirigentes, mas sim profícuo recurso metodológico para a compreensão de estruturas de poder e dominação. Torná-lo um fim em si mesmo seria cair na situação de estagnação verificada por Scott (1995), quando relatou excessivo descritivismo nos estudos de elites nas ciências sociais anglo-saxãs.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo difundir uma propositura epistêmico-analítico-metodológica à área de Estudos Organizacionais no Brasil, para tanto recorrendo à Sociologia histórica de elites dirigentes formulada por Pierre Bourdieu como recurso heurístico para a condução de pesquisas empíricas acerca do fenômeno da formação e transformação de estruturas de poder e dominação em diferentes esferas da vida moderna. Para tanto, procurou tratar a perspectiva proposta ao estudo de elites dirigentes enquanto um programa de investigação bourdieusiano. Valer-se da noção de programa de investigação permite que uma dada posição epistemológica, analítica e metodológica seja demarcada em meio a outras posições que habitam o espaço das Ciências Sociais no Brasil. Respeita-se, com isso, sobretudo, o pluralismo de abordagens. Certamente, esta é apenas uma forma de abordar o fenômeno em questão, entre outras.

Para atingir o objetivo proposto, o estudo recorreu ao resgate histórico da Teoria das Elites, explicitando autores e elementos conceituais que compuseram sua genealogia consagrada. Em sequência, buscou-se apontar o esgotamento deste tipo de estudo, em especial nas ciências sociais do mundo anglo-saxão, e indicar o ressurgimento com novo fôlego e novas bases de estudos de elites dirigentes na Sociologia e História francesas a partir dos trabalhos de Pierre Bourdieu e pesquisadores a ele vinculados. Dado o exposto, foi analisada a receptividade desta virada francesa nas ciências sociais brasileiras, apontando na direção de institucionalização de grupos, linhas, dossiês e revistas, e, principalmente, trabalhos empíricos e novas discussões teóricas sobre as elites culturais e políticas num país localizado na periferia do mundo ocidental como é o caso brasileiro. Por fim, foi sistematizada a propositura do programa bourdieusiano para o estudo de elites dirigentes recorrendo à três eixos integrados: a) epistemológico: a reelaboração de uma base epistemológica a partir de antigos e atuais confrontos entre diferentes concepções de ciências sociais, a adesão ao racionalismo aplicado, a ruptura com a ilusão da transparência, renunciar ao proveito social da ciência, objetivar o sujeito objetivante, a distinção entre razão e senso prático, operar simultaneamente com as abordagens objetivista e subjetivista; b) analítico: o encadeamento lógico entre os conceitos; c) metodológico: a prosopografia enquanto método. Estes três eixos indicam os passos necessários para que um estudo de elites à luz desta abordagem seja executado com o

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

necessário rigor científico, tomando como referência uma concepção própria de Ciências Sociais, tal como o artigo buscou apresentar em seu desenvolvimento. Fica, no entanto, em aberto uma série de indicações para estudos futuros. Em primeiro lugar, artigos mais práticos que demonstrem, a partir de estudos empíricos já realizados, a condução e os problemas enfrentados quando se lança à pesquisa sobre elites dirigentes à luz da abordagem da Sociologia história de inspiração bourdieusiana. Em segundo lugar, o resultado de pesquisas empíricas inéditas que se valerem, de algum modo, da abordagem aqui proposta. Em terceiro lugar, dar maior atenção ao método aqui discutido. Nota-se que a prosopografia foi apenas apontada como uma possibilidade coerente com a base epistemológica e analítica apresentada. Mas afinal, que método é esse? Qual sua origem e desenvolvimento? Como executá-lo em termos operacionais? Sem a pretensão de esgotar o tema, estas possibilidades futuras podem vir a contribuir para a institucionalização da abordagem na área de Estudos Organizacionais no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. F.; CANÊDO, L. B.; GARCIA JR., A.; BITTENCOURT, A. B. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

_____.; NOGUEIRA, M. A. (org.). **A escolarização das elites: panorama internacional da pesquisa**. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BIRNBAUM, P. **Les sommets de l'Etat: essai sur elite du pouvoir em France**. Paris: Du Seuil, 1994.

BORDIGNON, R. da R. Origens sociais, ascensão “profissional” e concepções de ciências sociais: Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. **Revista Tomo**, Sergipe, n.22, jan./jun., 2013.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Gênese e estrutura do campo religioso. In: MICELI, S. (org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Homo academicus**. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013a.

_____. La force du droit: éléments pour une sociologie du champ juridique. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**, n.64, sept., 1986.

_____. **Lições de aula**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2013b.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

_____. **The state nobility**: elite schools in the field of power. Stanford: Stanford University Press, 1996.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11.ed. Campinas: Papyrus, 2011.

_____.; BOLTANSKI, L.; SAINT-MARTIN, M. de. Les stratégies de reconversion: les classes sociales et le système d'enseignement. **Information sur les Sciences Sociales**, v.12, n.05, p.61-113, 1973.

_____.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J-C. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____.; PASSERON, J-C. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

_____.; SAINT-MARTIN, M. de. Agrégation et ségrégation: le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.69, nov., 1987.

_____.; _____. La sainte famille: l'épiscopat français dans le champ du pouvoir. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v.44, n.01, p.2-53, nov., 1987.

_____.; _____. Le patronat. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.20/21, p.3-82, 1978.

BROADY, D. French prosopography: definition and suggested readings. **Poetics**, v.30, n.5-6, out./dez., 2002.

BURNHAM, J. **The managerial revolution**: what is happening to the world. 15.ed. New York, The John Day Company, 1941.

CAM, P. Juges rouges et droit du travail. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.19, jan., 1978.

CAMPANTE, R. G. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia brasileira. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.46, n.01, p.153-193, 2003.

CANÊDO, L. B.; TOMIZAKI, K. A.; GARCIA JR., A. **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 2013.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

CHARLE, C. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **Les élites de la République (1880-1900)**. Paris: Fayard, 1987.

_____. **Naissance des “intellectuels” (1880-1900)**. Paris: Les Editions de Minuit, 1990.

CODATO, A. N. **Elites e instituições no Brasil**: uma análise contextual do Estado Novo. Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

CONNIFF, M.; McCANN, F. **Modern Brazil**: elites and masses in historical perspective. Lincoln: University of Nebraska Press, 1991.

CORADINI, O. L. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. **Veritas**, Porto Alegre, v.41, n.162, p.207-220, jun., 1996.

_____. Grandes famílias e elites “profissional” na medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.03, n.03, 1997.

_____. As elites como objeto de estudos. In: _____. (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008a.

_____. (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b.

DAHL, R. A. **Who governs? Democracy and power in an american city**. 5.ed. New Haven: Yale University Press, 1964.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. **The internationalization of palace wars**: lawyers, economists and the contest to transform Latin America States. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

DULONG, D. Quand l'économie devient politique: la conversion de la compétence économique em compétence politique sous la V République. **Politix**, n.35, p.109-130, 1996.

FAORO, R. A aventura liberal numa ordem patrimonialista, **Revista USP**, n.17, 1993.

_____. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5.ed. São Paulo: Globo, 2012.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

FAVRE, P. Quelques considérations sur la démarche et les finalités de l'enseignement de la science politique. FAVRE, P.; LAGAVRE, J. B. (dir.) **Enseigner la science politique**. Paris: L'Harmattan, 1998.

FRANCO, M. S. de. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4.ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

GARCIA JR., A. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n.98, p.20-33, jun., 1993.

_____. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v.16, n.01, jun., 2004.

GRIJÓ, L. A. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1998.

GRYNSZPAN, M. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.14, p.73-90, out., 1990.

_____. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **BIB**, Rio de Janeiro, n.41, jan./jun., p.35-83, 1996.

_____. **Ciência, política e trajetórias sociais**: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

HEINZ, F. M. (org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2011.

_____. (org.). **Poder, instituições e elites**: 7 ensaios de comparação e história. São Leopoldo: Oikos Editora, 2012.

_____. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____.; CODATO, A. N. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. N. (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KARADY, V. Une nation de juristes: des usages sociaux de la formation juridique dans la Hongrie d'ancien régime. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.86-87, p.106-124, 1991.

KERR, R.; ROBINSON, S. From symbolic violence to economic violence: the globalizing of the scottish banking elite. **Organization Studies**, London, v.33, n.02, p.247-266, 2012.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

LEBARON, F. **La croyance économique**: les économistes entre science et politique. Paris: Seuil, 2000.

LEVINE, R. M. **A velha usina**: Pernambuco na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LOUREIRO, M. R. **Os economistas no governo**: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LOVE, J. L. **A locomotiva**: São Paulo na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____.; BARICKMAN, B. J. Rulers and owners: a brazilian case study in comparative perspective. **The Hispanic American Historical Review**, v.66, n.04, nov., p.743-765, 1986.

MACLEAN, M.; HARVEY, C.; KLING, G. Pathways to power: class, hyper-agency and the french corporate elite. **Organization Studies**, London, v.35, n.06, p.825-855, 2014.

MARCHETTI, D. Les sous-champs spécialisés du journalisme. **Réseaux**, n.111, p.22-55, 2002.

MARTINS, L. **Pouvoir et développement économique**: formation et évolution des structures politiques au Brésil. Paris: Editions Anthropos, 1976.

_____. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.02, n.04, 1987.

McDONOUGH, P. **Power and ideology in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

MICELI, S. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: _____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

_____. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b.

_____. Carne e osso da elite política brasileira. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1981.

_____. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil: 1930-1964. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.02, n.05, out., p.09-17, 1987.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

MOSCA, G. **The ruling class**: elementi di scienza politica. New York: McGraw-Hill, 1939.

PAES DE PAULA, A. P. et al. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.50, n.01, p.10-23, jan./mar., 2010.

PASSERON, J-C. **O raciocínio sociológico**: o espaço não-popperiano do raciocínio natural. Petrópolis: Vozes, 1995.

PARETO, V. **Traité de sociologie générale**. Paris: Payot, 1933. 2.v.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PERISSINOTTO, R. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: Editora Ibpx, 2009.

_____.; CODATO, A. N. (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. **Grandes fortunes**: dynasties familiales et formes de richesse en France. Paris: Payot & Rivages, 1998.

REED, M. Masters of the universe: power and elites in organization studies. **Organization Studies**, London, v.33, n.02, p.203-221, 2012.

SAINT-MARTIN, M. de. À propôs d'une rencontre entre chercheurs: sciences sociales et politique au Brésil. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n.71/72, p.129-134, 1988.

_____. **L'espace de la noblesse**. Paris: Métailié, 1993.

SAPIRO, G. **La guerre des écrivains**: 1940-1953. Paris: Fayard, 1999.

SCHLUCHTER, W. **Acción, orden y cultura**: estúdios para um programa de investigación em conexão com Max Weber. Buenos Aires: Prometeu, 2011.

SCHMITTER, P. C. **Interest, conflict and political change in Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

SCOTT, J. Les elites dans la sociologie anglo-saxonne. In: SULEIMAN, E.; MENDRAS, H. **Le recrutement des élites en Europe**. Paris: La Découverte, 1995.

SEIDL, E. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

_____. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.16, n.30, p.199-220, jun., 2008.

_____. A formação de um exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional. **História**, São Paulo, v.29, p.71-94, 2010.

_____. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: _____.; GRILL, I. G. (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.

SIGAL, S. Intelectuais, cultura e política na Argentina. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.09, n.17, jan./jun., 2012.

SOUZA, A. de.; LAMOUNIER, B. **As elites brasileiras e a modernização no setor público**: um debate. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

SKIDMORE, T. E. **Politics in Brazil, 1930-1964**: na experiment in democracy. New York: Oxford University Press, 1967.

TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. 2.ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

WEBER, M. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Reflexão intermediária – Teoria dos níveis e direções da rejeição religiosa do mundo. In: BOTELHO, A. (org.). **Essencial sociologia**. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2013.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. **Novos Estudos – CEBRAP**, n.53, p.33-47, 1999.

WIRTH, J. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZALD, M. N.; LOUNSBURY, M. The wizards of Oz: towards an institutional approach to elites, expertise and command posts. **Organization Studies**, London, v.31, n.07, p.963-996, 2010.